

Neoliberalismo e a produção da subjetividade fascista

Michel Aires de Souza Dias¹

ORCID: 0000-0002-8950-7208

Resumo: O neoliberalismo é mais do que uma racionalidade política e econômica. É uma forma de engenharia social que molda as relações sociais, determina os modos de viver, as formas de comportamento e produz novas formas de subjetividade. Sob seu domínio, os indivíduos se transformam em seres genéricos, em átomos sociais isolados, sem autonomia crítica, incapazes de compreender a totalidade reificada que os subjuga. A partir desse diagnóstico, procura-se mostrar que o neoliberalismo tanto produz como se aproveita da fraqueza interior dos indivíduos, formando o caráter autoritário. Desse modo, mobiliza processos psicológicos e afetivos, orientando para fins políticos e econômicos.

63

Palavras-chave: Autoritarismo. Personalidade Fascista. Nazifascismo. Neoliberalismo.

¹ Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professor de filosofia no Instituto Federal do Mato Grosso do Sul (IFMS). E-mail - prof.michel.filosofia@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1431818040113948>

Abstract: Neoliberalism is more than a form of political and economic rationality. It is a form of social engineering that shapes social relations, determines the ways of living, the forms of behavior, and produces new forms of subjectivity. Under its rule, individuals transform into generic beings, in isolated social atoms, without critical autonomy, unable to comprehend the reified totality that subjugates them. From this diagnosis, seeks to show that neoliberalism both produces and takes advantage of the inner weakness of individuals, forming the authoritarian character. In this way, it mobilizes psychological and affective processes, guiding towards political and economic ends.

64

Keywords: Authoritarianism. Fascist Personality. Nazifascism. Neoliberalism.

Resumen: El neoliberalismo es más que una forma de racionalidad política y económica. Es una forma de ingeniería social que moldea las relaciones sociales, determina modos de vida y comportamiento, y produce nuevas formas de subjetividad. Bajo su dominio, los individuos se transforman en seres genéricos, en átomos sociales aislados, sin autonomía crítica, incapaces de comprender la totalidad cosificada que los subyuga. Con base en este diagnóstico, buscamos demostrar que el neoliberalismo produce y se aprovecha de la debilidad interna de los individuos, moldeando un carácter autoritario. De esta manera, moviliza procesos psicológicos y afectivos, guiándolos hacia fines políticos y económicos.

65

Palabras-clave: Autoritarismo. Personalidad Fascista. Nazifascismo. Neoliberalismo.

Introdução

No clássico livro, *Dialética do Esclarecimento*, Adorno e Horkheimer procuraram analisar o desenvolvimento histórico da razão em suas possibilidades técnicas. Eles chegaram à conclusão de que a razão, ao invés de possibilitar a liberdade, a felicidade e a justiça social, produziu exatamente o contrário, gerou genocídios, guerras, fome e miséria. A razão, por meio do progresso técnico e científico, tornou-se um instrumento de dominação da natureza e dos homens. A civilização chegou a uma dialética sem síntese. Não houve a síntese libertadora de um mundo de igualdade e justiça social, onde a humanidade se reconciliasse com a natureza. O capitalismo se tornou totalitário, anulando as esperanças revolucionárias.

Na avaliação de Adorno e Horkheimer (1985), a produtividade econômica, que poderia ser usada para a construção de um mundo mais justo e igualitário, conferiu ao aparelho técnico e aos grupos sociais que o controlam um poder descomunal sobre o resto da população. Desse modo, a autonomia do indivíduo foi anulada em face dos poderes econômicos. Ele se tornou um átomo social isolado, mediado socialmente, sem consciência da totalidade reificada que o subjuga. Na esfera da interioridade, a subjetividade foi capturada pelos mecanismos ideológicos da indústria cultural, tornando-se incapaz de desenvolver a consciência crítica da realidade. O resultado disso foi a massificação do indivíduo, que se tornou parte das engrenagens sociais: “Na sua individualização, o indivíduo reflete a lei social estabelecida da exploração” (ADORNO, 2008, p.145).

No capitalismo avançado, as pessoas se tornaram objetos de controle, organização e coordenação em larga escala, sendo determinadas por um grande aparato técnico e burocrático. Desse modo, a formação dos indivíduos tornou-se tecnologicamente mediada, sendo estabelecida *pela* indústria cultural, impossibilitando que eles adquiram autonomia e liberdade de pensamento. Hoje, mesmo com o avanço das tecnologias da informação, onde se reduziu o tempo e o espaço para a circulação da informação e do conhecimento, as pessoas se tornam presas fáceis do discurso ideológico. Na sociedade tecnológica, as formas de dominação e controle se tornaram cada vez mais interligadas, cada vez mais conectadas. Essas novas tecnologias, como *smartphones*, *tablets*, *notebooks*, celulares, câmeras, vídeo games, inserem-se na mesma lógica de dominação da indústria cultural. Com o processo de globalização, essas novas tecnologias possibilitaram o

desenvolvimento de uma nova cultura internacional popular e, em consequência disso, permitiram um maior controle sobre os indivíduos. Como avalia Duarte (2003), com o processo de globalização, os meios de comunicação de massa vêm passando por enormes transformações. Observa-se uma grande concentração de capitais, de modo que apenas uma dúzia de corporações controla quase toda oferta de mercadorias culturais colocadas à disposição do mercado mundial.

Como avaliaram Adorno e Horkheimer, na sociedade de massas a racionalidade instrumental se impõe como forma predominante do pensar e agir. Desse modo, o sujeito moderno não se constitui de maneira autônoma. O “eu” (*Ich*) semiformado pela indústria cultural e pelo aparato técnico é moldado pelas exigências sociais objetivas do capitalismo administrado. Os pensadores frankfurtianos partem do princípio materialista de que o indivíduo é determinado pela totalidade social. A subjetividade não possui uma natureza fixa, acabada, mas é moldada na interação com as estruturas econômicas, políticas e culturais da sociedade. Nesse sentido, o “eu” se torna fraco e impotente, tornando-se incapaz de resistir às pressões sociais externas. O indivíduo passa a reproduzir os valores impostos de fora, tornando-se psicologicamente vulnerável a manipulação e a sedução autoritária. A falta de autonomia e o conformismo dos indivíduos decorrem, portanto, da forma como a sociedade está organizada. A cultura do consumo e a avalanche de mercadorias impedem uma verdadeira consciência da realidade. A grande consequência disso é que os sujeitos se tornam presas fáceis de instâncias heterônomas. Os mecanismos de controle do mundo administrado determinam a interioridade do indivíduo em seu íntimo, naquilo que deveria constituir o núcleo de sua autonomia. A deterioração da experiência formativa produz sujeitos impotentes, paralisados e incapazes de ação.

Apesar do diagnóstico acima, o processo de dominação não acontece sem resistência. No passado os frankfurtianos já haviam demonstrado que a classe trabalhadora tradicional (o proletariado industrial) já não era mais considerada uma força revolucionária. Como já havia notado Marcuse (1969), na década de sessenta, a classe trabalhadora estava integrada aos confortos narcotizantes da sociedade do consumo, perdendo sua capacidade crítica e de organização. Ao refletir sobre as novas forças de resistência que estavam surgindo, ele viu nos grupos marginais e minoritários possíveis focos catalisadores de resistência. Para ele, são os desajustados, os párias e os *outsiders*, que não estão plenamente integrados,

que surgem como resistência ao capitalismo, reivindicando a libertação erótica, estética, política e existencial. Hoje há vários grupos marginalizados que lutam contra a reificação, a alienação e a opressão. O movimento feminista, o movimento negro, o movimento homossexual (LGBT), o movimento dos sem-teto e sem-terra e as minorias étnicas surgem como novos sujeitos de resistência no contexto do capitalismo avançado. Apesar de serem movimentos heterogêneos, com demandas específicas, esses grupos têm conquistado cada vez mais voz nos espaços de poder.

Em períodos de crise do capitalismo, marcados por intensas tensões e conflitos sociais, e pelo fortalecimento dos movimentos populares, emergem tendências fascistas na sociedade, atuando como forças de integração. Em nossa atualidade, tornou-se comum a subida ao poder de governos com tendências autoritárias, tais como Jair Bolsonaro (Brasil), Donald Trump (EUA), Recep Erdogan (Turquia), Viktor Orban (Hungria), Andrzej Duda (Polônia). Todos eles com um discurso conservador, contrário aos direitos humanos, que despreza a democracia e ataca as minorias. A partir desse diagnóstico, o objetivo deste artigo é compreender o neofascismo em nossa atualidade. Trata-se de indagar, por que as tendências fascistas se fortaleceram no mundo globalizado? Quais os pressupostos sociais objetivos que produzem a personalidade autoritária? Em nosso ponto de vista, o sistema neoliberal, enquanto estrutura política e econômica e enquanto racionalidade da dominação, enfraquece os indivíduos e contribui para a formação de traços autoritários. Desse modo, processos psicológicos e afetivos são mobilizados para atender a interesses políticos e econômicos.

Os estudos sobre a personalidade autoritária na década de 1940

Os estudos de Adorno, na década de 1940, sobre a personalidade autoritária continuam atuais, pois nos oferecem instrumentos teóricos para refletirmos sobre o advento de regimes autoritários nos dias de hoje. Ao chegar aos Estados Unidos, os pensadores frankfurtianos ficaram espantados com o antissemitismo daquele país. Eles descobriram que o fascismo não se restringia ao contexto histórico e político da Europa, não se tratava de um fenômeno isolado, mas estava presente de forma latente na estrutura psíquica dos indivíduos, em uma grande parcela da população norte-americana. Como observou Costa (2019), ao se exilarem nos Estados Unidos, os pensadores alemães se depararam com um grande preconceito contra judeus, que

correspondiam a 3,5% da população nacional. Tratava-se de uma grande contradição para um país que se orgulhava da liberdade e dos princípios democráticos, mas que convivia com um enorme preconceito racial. Essa experiência culminou na seguinte indagação: seria possível um fenômeno análogo ao nazifascismo em um país que se diz democrático, como os Estados Unidos?

O estudo sobre *A Personalidade autoritária* é considerado um clássico da psicologia social. Foi um trabalho interdisciplinar, dirigido pela equipe da Universidade de Berkeley, fundamentado em pesquisas empíricas nos Estados Unidos, que usou escalas de atitudes, entrevistas e testes projetivos. Todos esses instrumentos foram usados ao lado de uma teoria social e a uma teoria do inconsciente, procurando entender a psicologia do homem autoritário. A grande preocupação foi com os indivíduos potencialmente fascistas, que possuíam certa estrutura de personalidade, tornando-se suscetíveis à propaganda antidemocrática. Os pesquisadores descobriram que os indivíduos que apresentavam extrema suscetibilidade à propaganda autoritária possuíam características em comum, que formavam uma síndrome. A partir disso foi elaborada uma escala denominada escala F, que buscou avaliar o preconceito etnocêntrico e as disposições latentes, que tornam uma pessoa inclinada ao caráter autoritário. Nove traços de personalidade mais comuns foram vistos como autoritários: convencionalismo; submissão acrítica; agressividade autoritária; destruição e cinismo; poder e rudeza; superstição e estereotipia; exteriorização; projeção; e obsessão com a sexualidade (ADORNO, 2019).

69

As pesquisas feitas nos Estados Unidos mostraram que, em alguns indivíduos, o antissemitismo formava um padrão de comportamento antidemocrático. Não se tratava apenas de características psíquicas. Para os pesquisadores, os preconceitos racistas têm uma origem socialmente determinada. Ao serem expostos a determinadas condições sociais, alguns indivíduos responderiam de forma preconceituosa. Desse modo, os estudos encontraram um tipo antropológico autoritário, com um padrão psicológico, determinado por certas condições sociais objetivas (COSTA, 2019). Como o próprio Adorno aponta: “Estamos convencidos de que a fonte última do preconceito deve ser buscada em fatores sociais incomparavelmente mais fortes que a ‘psique’ de qualquer indivíduo envolvido” (ADORNO, 2021, p. 352). Significa, portanto, que a psicologia do indivíduo não pode ser hipostasiada, uma vez que os aspectos

sociais são fundamentais para a compreensão do caráter autoritário. As convicções econômicas, políticas e sociais de um indivíduo fascista formam um padrão amplo e coerente, desenvolvendo um tipo de mentalidade específica, que expressa certas tendências preconceituosas de sua personalidade.

O que é bastante relevante nas descobertas de Adorno é que, mesmo com o fim dos regimes totalitários na Europa, os pressupostos sociais objetivos que produziram o nazifascismo ainda estavam presentes. Desse modo, a personalidade fascista não pode ser compreendida apenas como um fenômeno circunscrito a um período histórico particular, mas deve, antes, ser entendida a partir da ordem e organização econômica da realidade, que transformam as pessoas em átomos sociais dessubjetivados. A superioridade do aparato técnico e econômico exerce enorme pressão sobre os indivíduos. Para sobreviver, eles precisam se adaptar e aceitar as coerções impostas pela realidade. Como o próprio Adorno (1995) avalia, personalidades com características autoritárias, de modo geral, se identificam com instâncias de poder, independentemente de seu conteúdo. Os indivíduos carregam consigo uma identidade fragilizada, que as leva a se identificar com toda espécie de coletivo.

70

Para Adorno, a origem do indivíduo fascista “parece alinhar-se com as tendências econômicas ao desaparecimento gradual do livre mercado e à adaptação do homem à nova condição que emerge lentamente” (ADORNO, 2021, p. 353). Com o advento do capitalismo monopolista no começo do século XX, a dissolução da propriedade média e o desaparecimento do sujeito econômico autônomo impactaram profundamente a estrutura familiar. A família, outrora núcleo da formação da individualidade, perdeu sua centralidade na vida econômica. A necessidade de inserção do pai e da mãe no mercado de trabalho, como condição de sobrevivência, desfez os vínculos tradicionais. Assim, os adolescentes já não veem na família seu principal horizonte de referência; a autoridade paterna enfraqueceu e, com ela, também se esvaneceu a possibilidade de resistência a essa autoridade (ADORNO; HORKHEIMER, 1985). Esse fato tem um enorme impacto para a economia psíquica dos indivíduos: “O que a psicologia denomina superego, a consciência moral, é substituída no contexto dos compromissos por autoridades exteriores” (ADORNO, 1995, p. 124). Quando a internalização da consciência moral pela família é malsucedida, o *ego* fica fragilizado. O indivíduo fica enfraquecido frente às forças sociais, tornando-se mais facilmente vulnerável ao discurso fascista. Como

aponta Adorno: “Disposições psicológicas não causam, na verdade, o fascismo; antes, o fascismo define uma área psicológica que pode ser explorada com sucesso pelas forças que o promovem” (ADORNO, 2015a, p. 186).

Em suas pesquisas, Adorno procurou mostrar que a personalidade autoritária não se define a partir de características psicológicas e, também, não é resultado de ideologias políticas conservadoras, mas ela se desenvolve devido à impotência, à paralisia e à incapacidade do indivíduo de reagir frente à racionalidade opressora do mundo administrado. No fundo os indivíduos fascistas “dispõem de um eu fraco” (ADORNO, 1995, p. 37). Para o pensador frankfurtiano, o caráter opressor do aparato técnico-industrial - que submete o indivíduo a exigências de eficiência e desempenho previamente estabelecidas - anula qualquer possibilidade de autonomia, liberdade e espontaneidade subjetiva. Na sociedade reificada, as pessoas só podem se afirmar como sujeitos a partir de padrões externos de adaptação, desempenho e eficiência, que são colocados como imperativos para a sobrevivência. Elas vivem em permanente pressão econômica e instabilidade material, tornando-se debilitadas e ansiosas. Assim, a personalidade autoritária “[...] seria definida muito mais por traços como pensar conforme as dimensões de poder — impotência, paralisia e incapacidade de reagir, comportamento convencional, conformismo, ausência de autorreflexão, enfim, ausência de aptidão a experiência” (ADORNO, 1995, p. 37)

Embora Adorno expresse um certo pessimismo em relação à cultura de massa, ele acredita que a emancipação é possível. Em sua opinião, os indivíduos propensos à personalidade autoritária podem ganhar consciência da fragilidade de seu ego e podem desenvolver uma resistência frente às tendências fascistas na sociedade. No seu texto, *Educação e emancipação*, Adorno (1995, p. 119) afirma que “a exigência mais importante da educação é que Auschwitz não se repita”. Enquanto o aparato técnico e a indústria cultural fragilizam os indivíduos para ajustá-los cada vez mais ao sistema produtivo, o frankfurtiano propõe a reconstrução da individualidade por meio da experiência formativa, de modo que essa singularidade se torne uma força propulsora de resistência. Nesse contexto, a educação assume o papel de instrumento de conscientização da realidade e das formas de dominação social, ao formar sujeitos esclarecidos, críticos e autônomos.

Neoliberalismo e a formação do caráter autoritário

Após algumas décadas dos estudos sobre a personalidade autoritária, o fascismo continua presente. Com o avanço do neoliberalismo no final dos anos 1980 na Europa e Estados Unidos (e no Brasil, nos anos 1990), ocorreram privatizações, desregulamentação da economia, cortes de gastos públicos e o enfraquecimento dos sindicatos, reduzindo a proteção social. As pessoas passaram a enfrentar sozinhas o desemprego, a precarização do trabalho e a crescente desigualdade. O resultado disso foi um maior enfraquecimento dos indivíduos, que diante das forças opressivas da realidade sentiram-se impotentes e frustrados. Nesse contexto histórico e social, observa-se a retomada das tendências fascistas na sociedade.

Como avaliou Bresser-Pereira (2020), quando há uma crise da democracia, ela se torna alvo de grupos minoritários neofascistas. Desse modo, a crise atual da democracia não se reduz a uma crise política, mas envolve dimensões econômicas e sociais profundas. A crise ocorre não porque as instituições democráticas falharam, mas sim porque o modelo econômico fracassou, produzindo consequências no plano social e político. Foi o fracasso das políticas neoliberais que fomentou essa onda de governos neofascistas pelo mundo. Os regimes autoritários surgem no seio da democracia por causa da emergência de uma forma histórica de capitalismo extremamente “agressiva, desestabilizadora e destruturante” (BRESSERT-PEREIRA, 2020, p. 52).

Os defensores do neoliberalismo sempre se orgulharam de serem os porta-vozes da liberdade, sempre pregaram a ideia de uma economia livre e de um Estado que garanta as liberdades individuais. Contudo, essa liberdade é somente aparente. Apesar de não intervir na coordenação da atividade econômica, o Estado continua intervindo na esfera privada e dos conflitos sociais. Segundo Safatle (2020, pp. 21-2): “[...] o que o neoliberalismo pregava eram intervenções diretas na configuração dos conflitos sociais e na estrutura psíquica dos indivíduos. Mais do que um modelo econômico, o neoliberalismo era uma engenharia social”. A partir desse *modus operandi*, o objetivo do neoliberalismo era eliminar toda forma de discurso crítico de entidades, sindicatos, organizações e associações da sociedade civil, que buscam questionar a liberdade neoliberal.

O pensador francês Michel Foucault (2008) compreendeu o neoliberalismo não apenas como uma política econômica, mas como uma forma de racionalidade

que se escreve no âmbito das práticas de governar. Governar no sentido de racionalmente coordenar e organizar a existência humana, controlando e dirigindo as condutas dos indivíduos, assim como constringendo suas ações e reações. Desse modo, o neoliberalismo é uma forma de governamentalidade que impõe um sistema normativo e uma racionalidade que se estende a todas as esferas da vida social. O corpo humano e os processos biológicos tornam-se o centro de estratégias de poder. Há um gerenciamento da vida das populações que passam a ser administradas pelo Estado, como os índices de natalidade, as pandemias, a sexualidade, a higiene e as doenças. O objetivo é tornar o corpo do indivíduo útil à produtividade.

Em seu livro, *La Nouvelle Raison du Monde* (2009), Dardot e Laval procuraram mostrar, a partir do conceito de governamentalidade em Foucault, que o neoliberalismo é uma forma de racionalidade que molda as formas de comportamento, as relações sociais e as instituições políticas nas democracias ocidentais. Essa racionalidade normativa transforma as relações humanas, determinando os modos de viver e produzindo novas formas de subjetividade. Nesse sentido, o neoliberalismo deve ser compreendido como um sistema coordenado e organizado de normas e práticas, que impõe a concorrência entre os indivíduos como o fundamento da sociedade. Esse modelo concorrencial não seria apenas uma característica do mercado ou do Estado, mas transforma os indivíduos em empresários de si mesmos, incentivando a autoexploração, a competição e os conflitos de classe.

A partir dessa mesma linha de raciocínio, em seu livro *A Sociedade do Cansaço*, o sul-coreano Byulg-Chul Han procurou argumentar que vivemos hoje numa sociedade do desempenho, da autoexploração e do excesso de trabalho. Não se trata mais de uma sociedade disciplinar, que desde o século XIX usou técnicas e práticas para coordenar e organizar a vida dos indivíduos: “A sociedade do século XXI não é mais a sociedade disciplinar, mas uma sociedade de desempenho” (HAN, 2015, p. 14). Cada indivíduo torna-se responsável por si mesmo, por seu sucesso ou fracasso. Há uma obrigação constante de produtividade e de autossuperação. Nessa forma de sociedade, o indivíduo se explora voluntariamente. A ilusão está no falso sentimento de liberdade que a pessoa sente ao ser cada vez melhor, cada vez mais produtiva. Ao acreditar que está se autorrealizando, ela está na verdade se explorando até a exaustão. O resultado disso são as doenças mentais, como a depressão, os déficits de atenção, a síndrome de *burnout* e as crises de ansiedade.

O que experimentamos hoje é o enfraquecimento psicológico dos indivíduos, que se tornam impotentes diante do aparato tecnológico do mundo industrial capitalista. Esse enfraquecimento fomentou as tendências fascistas na sociedade que temos visto em pleno século XXI. Para Gurski e Perrone (2021), esse novo fascismo seria um fenômeno globalizado que não possui características homogêneas. Ele possui múltiplas características, uma vez que se constitui como uma mistura de nacionalismo, xenofobia, racismo, lideranças carismáticas, identitarismo reacionário e políticas antiglobalização regressivas, que podem assumir diferentes matizes e que afrouxam naturalmente os vínculos de solidariedade da vida social. Por isso, no século XXI, a luta de classes se baseia na mobilização psicológica das massas - ou seja, em recursos internos, como as emoções e afetos. Daí o ressurgimento do fascismo em suas novas vestes e simbologias, tomando força no cotidiano das massas pela formação da subjetividade. Modificando os valores, transformando os conceitos e mistificando a realidade. Esse novo fascismo se consolida como uma ideologia que forma a subjetividade, por meio de uma visão de mundo utilitarista e fragmentada, que sustenta uma política econômica neoliberal perversa, de acordo com a nova fase de financeirização do capital (SCHLESENER, 2021).

74

Para o sociólogo brasileiro Octavio Ianni, o neoliberalismo não é apenas uma doutrina socioeconômica que preconiza os antigos valores do liberalismo clássico, mas ele representa, antes de tudo, formas de socialização que “implica a crescente administração das atividades e ideias de indivíduos e coletividades” (IANNI, 1998, p. 112). Nesse sentido, a racionalidade neoliberal generaliza tensões, contradições e lutas sociais, com o objetivo de condicionar a dinâmica da economia e da reprodução ampliada do capital. Como os governos neoliberais não conseguem convencer os indivíduos com argumentos, uma vez que sua política econômica suprime direitos sociais, precariza o trabalho e acentua as desigualdades, então sua ação se volta à manipulação psicológica, mobilizando processos inconscientes, irracionais e afetivos. O objetivo é canalizar as frustrações dos indivíduos para um determinado fim: “Daí as reivindicações, os protestos e as lutas sociais, com frequência mesclados de etnicismo, xenofobias, racismo, sexismo, fundamentalismo e outras expressões das desigualdades sociais multiplicadas pelo mundo afora” (IANNI, 1998, p. 113).

Apesar do discurso neoliberal sempre reafirmar o seu compromisso com a democracia, com as liberdades individuais, com o livre comércio e com o livre

mercado, “a verdade é que sua ‘religião’ é o nazifascismo” (IANNI, 1998, p. 114). Para Ianni (1998), o nazifascismo deve ser compreendido como um produto extremo e exacerbado das mesmas forças sociais predominantes na sociedade administrada global em moldes neoliberais. É uma forma de racionalidade que produz as desigualdades, as tensões e as contradições que atravessam todo o corpo social.

O que podemos observar no mundo globalizado é que o neoliberalismo tanto produz quanto se aproveita da fraqueza interior dos indivíduos, criando uma atmosfera de agressividade irracional, ao mobilizar processos psicológicos e afetivos, guiando os indivíduos para seus fins políticos e econômicos. Com isso, colabora para formar o caráter autoritário, por diversos canais, como a indústria cultural, as instituições do Estado, a família, a igreja, a internet e as redes sociais, fomentando nos indivíduos sentimentos e emoções, desenvolvendo tensões, ressentimentos, preconceitos, ódio e valores individualistas. Como observou Adorno (2015a, p. 184): “Pode muito bem ser o segredo da propaganda fascista que ela simplesmente tome os homens pelo que eles são: verdadeiros filhos da cultura de massa padronizada de hoje, em grande parte subtraídos de sua autonomia e espontaneidade” (ADORNO, 2015a, p. 184).

75

O estímulo da personalidade fascista pelo neoliberalismo tem a indústria cultural como seu principal meio de disseminação. É notório que os conteúdos e as imagens da semicultura são manipuladas pela indústria cultural, que dá grande ênfase à violência. Ela retrata apenas o que é de interesse para o capital, enfatizando apenas uma dimensão dos fatos, em especial, aquele que é espetacular: “O apelo a cenas surpreendentes e impactantes logo traz consigo cenas chocantes ou brutais. Ocorre uma estetização da violência” (IANNI 1998, p. 116). Com o avanço do neoliberalismo em escala global, preconceitos como o racismo, a xenofobia e o antissemitismo, que haviam diminuído, ressurgem como fantasmas de um passado a assombrar o presente e a ameaçar as conquistas civilizatórias. Com isso, a indústria cultural alimenta a subjetividade de seus telespectadores e leitores, canalizando seus impulsos agressivos contra os excluídos socialmente. Ela criminaliza certas camadas ou grupos sociais, tornando-os culpados pelos problemas sociais. Por exemplo, se constrói a imagem do árabe como terrorista a pretexto de combater o fundamentalismo. O homossexual torna-se pervertido e destruidor dos valores cristãos e da família. O pobre é visto como preguiçoso e indolente, sendo acusado de viver de políticas sociais. Os miseráveis, pobres

e excluídos da sociedade se tornam bodes expiatórios das mazelas do mundo e não suas vítimas. Assim, condenam-se indivíduos, coletividades, povos, nações e nacionalidades (IANNI, 1998).

É possível notar que as tendências fascistas são estimuladas em filmes, novelas, programas de auditório e no jornalismo televisivo: violência e agressividade; exaltação da autoridade e das forças policiais; apelo às convenções; estímulo ao conformismo; pensamento estereotipado; ódio ao que é diferente, pensamento supersticioso, realismo exagerado etc. Todas essas características conservadoras são estimuladas pela indústria cultural. O objetivo é ativar as forças emocionais para direcionar a vontade dos indivíduos para interesses políticos e econômicos. Como afirma Kehl (2000, p. 149): “Uma sociedade em que o imaginário prevalece, em que as formações imaginárias é que elaboram o real - esse real ao qual não temos acesso - é uma sociedade de certa forma totalitária, independentemente de qual seja a situação do governo, do Estado, da polícia”.

Outro instrumento empregado pelo neoliberalismo para coordenar e controlar as massas é a disseminação do medo. Hoje, os homens não precisam mais temer as forças míticas da natureza ou os animais selvagens, mas devem temer as forças aniquiladoras da sociedade. O medo da fome, da miséria, da criminalidade, da violência e da exclusão social substituiu o medo do homem primitivo das forças da natureza: “Tal como o medo ancestral do herói grego de sucumbir à natureza, no indivíduo burguês esse temor é atualizado em sua relação com o mercado: a concorrência é sentida como uma ameaça, devendo-se vencê-la ou ser derrotada por ela” (BATISTA, 2008, p. 9).

No capitalismo neoliberal, para sobreviver os indivíduos precisam se submeter aos imperativos de eficiência e da produtividade. Com o avanço técnico e científico, não seria mais necessária a luta dos indivíduos pela existência, uma vez que a humanidade criou todas as condições materiais e intelectuais para acabar com a fome, a miséria e a luta pela vida. Contudo, para manter seu poder e a hegemonia, o capitalismo fixou os instintos numa época anterior da evolução humana e manteve a luta pela existência. Os homens são obrigados a regredirem seus instintos a estágios antropológicamente mais primitivos. Essa condição regressiva caracteriza as sociedades modernas reificadas. É fundamental para a manutenção do modo de produção capitalista. Como avalia Adorno (2015b, p. 77): “O medo de ser excluído [*Angst*], a sanção social do comportamento econômico,

internalizou-se há muito através de outros tabus, sedimentando-se no indivíduo. Tal medo transformou-se historicamente em segunda natureza.”

Se no homem primitivo o Ego se forma por causa do medo da morte, diante das forças destrutivas da natureza; no homem moderno o Ego se forma por causa do medo das forças aniquiladoras da sociedade. É pelo mesmo instinto de autoconservação que o Ego se desenvolve. Tal como o homem primitivo mimetizava as forças míticas da natureza para preservar sua vida, o homem moderno mimetiza as forças opressoras da sociedade para sobreviver. O indivíduo imita os padrões de comportamento, pensamento e conduta socialmente necessários para a preservação de sua existência. Ele identifica-se com a realidade. Como ser extremamente integrado e atomizado, ele racionaliza sua ação e seu comportamento com o único objetivo de ganhar a vida. Como afirma Horkheimer (2002, p. 46):

Através da repetição e imitação das circunstâncias que o rodeiam, da adaptação a todos os grupos poderosos a que eventualmente pertença, da transformação de si mesmo de um ser humano em um membro da organização, do sacrifício de suas potencialidades em proveito da capacidade de adaptar-se e conquistar influência em tais organizações, ele consegue sobreviver. A sua sobrevivência se cumpre pelo mais antigo dos meios biológicos de sobrevivência, isto é, o mimetismo.

77

A disseminação do medo como forma de controle e coordenação dos indivíduos é típico da racionalidade neoliberal. Segundo Schlesener (2021), o medo de perder o emprego, de passar fome, de não ter como morar, nem como proteger os filhos, paralisa os trabalhadores e os faz aceitar qualquer oferta de trabalho ou desistir de procurar trabalho, tentando sobreviver com alternativas humilhantes. Mais do que a violência física, a violência psicológica vivida cotidianamente por grande parcela da população dificulta qualquer forma de resistência. Se os indivíduos buscam viver em sociedade, não há outra saída senão se adaptar às condições de existência, precisam se conformar e desistir de sua subjetividade autônoma, que remete a ideia de democracia (ADORNO, 1995).

Em uma passagem de *Minima Moralia*, “Devagar e Sempre”, Adorno (2008) compara a pressa dos indivíduos nos grandes centros urbanos ao medo do homem primitivo ao correr de um animal na selva. O homem contemporâneo carrega traços mnemônicos de épocas passadas. Hoje, mesmo que os indivíduos se beneficiem dos confortos propiciados pelo progresso técnico e científico, não

temendo os animais selvagens, eles ainda temem as forças aniquiladoras da sociedade, que se tornam uma segunda natureza. Por este motivo, eles estão sempre com pressa para cumprir seus compromissos:

Houve tempo em que se corria de perigos que não admitiam descanso, e inadvertidamente ainda o demonstra quem corre atrás do ônibus. A ordenação do tráfego não mais precisa preocupar-se com animais selvagens, mas não chegou a pacificar a corrida, estranha ao caminhar burguês. Torna-se visível a verdade de que não se está seguro da segurança, que estamos condenados a fugir das potências desenfreadas da vida, mesmo quando meros veículos (ADORNO, 2008, p. 158).

Ao produzir o medo nas pessoas, o objetivo do neoliberalismo é tornar os indivíduos cada vez mais dóceis e adaptados. A luta pela sobrevivência deve se transformar em eficiência padronizada. Em uma sociedade em que o indivíduo deve se transformar em empresário de si mesmo, ele tem que se tornar uma mercadoria desejável. Ele deve buscar no mercado as competências, as habilidades e os conhecimentos para que se torne cada vez melhor como uma mercadoria. Seu crescimento individual depende cada vez mais de sua capacidade de adaptação, de submissão aos imperativos da realidade. Desse modo, “o desempenho individual é motivado, guiado e medido por padrões externos ao indivíduo, padrões que dizem respeito a tarefas e funções predeterminadas” (MARCUSE, 1999, p. 78).

78

Considerações finais

Hoje, a sociedade neoliberal tornou-se uma sociedade cada vez mais administrada, que enclausura os indivíduos determinando os padrões de pensamento e comportamento socialmente estabelecidos. Nesse sentido, o neoliberalismo se define pela união entre o capital e as instituições democráticas, buscando uma maior racionalidade e eficiência técnica e administrativa, a fim de se obter melhor organização, controle e planejamento dos indivíduos. Desse modo, a organização social continua sendo heterônoma, isto é, nenhuma pessoa pode existir na sociedade capitalista realmente conforme suas próprias determinações. O ego ajustado à realidade aprendeu a ordem e a subordinação por meio do aparato econômico que a tudo engloba.

Apesar desse diagnóstico pessimista, a dominação não está completa, a resistência ao neoliberalismo e ao neofascismo tem se acirrado nos últimos anos.

Os movimentos negros, feministas, LGBT e dos excluídos socialmente adquirem cada vez mais importância para a formação de uma sociedade mais democrática. A luta contra a segregação racial, por igualdade de gênero, por liberdade sexual, por reforma agrária e moradia colocam os movimentos sociais em confronto direto contra as tendências fascistas da sociedade e contra as políticas neoliberais.

Nas últimas décadas, diversos movimentos sociais emergiram em diferentes partes do mundo, articulando-se em torno de pautas que reivindicam melhores condições de vida e a necessidade de uma reestruturação do sistema capitalista, com vistas à superação das desigualdades. No Brasil, destaca-se a realização do primeiro Fórum Social Mundial, em 2001, que já teve várias edições, discutindo temas como a desigualdade social, os direitos humanos, as questões ambientais e os impactos das políticas neoliberais sobre a vida dos indivíduos. Na França, em 2018, o Movimento dos Coletes Amarelos surgiu inicialmente como reação ao aumento dos combustíveis, mas rapidamente se consolidou como uma ampla crítica ao neoliberalismo, às desigualdades econômicas e ao elevado custo de vida. De maneira semelhante, em 2020, o Chile foi palco de um intenso ciclo de protestos, deflagrado a partir do aumento das tarifas do metrô de Santiago. A manifestação, no entanto, rapidamente ganhou contornos mais profundos, expressando uma rejeição ao modelo neoliberal instituído durante a ditadura de Pinochet. Nos Estados Unidos, o movimento Occupy Wall Street, desencadeado pela crise financeira de 2008, também teve grande repercussão internacional, denunciando a crescente concentração de renda e o poder nas mãos de banqueiros e grandes corporações, atribuindo às políticas neoliberais a intensificação das desigualdades no cenário global.

Como podemos notar, as forças de resistência contra as políticas neoliberais na sociedade democrática demonstram que nem tudo está perdido. O processo de conscientização é lento e depende necessariamente de uma educação emancipada. Apesar do sistema de ensino, na sociedade capitalista, disseminar as formas de pensamento da classe burguesa e ser reprodutor das desigualdades sociais, há no seu interior espaços para o diálogo e a conscientização: “os sistemas educacionais que, embora estruturados para manter a dominação, não são sistemas fechados e, por isso, têm no seu interior subculturas de resistência em que a educação como práticas da liberdade ainda acontece” (HOOKS, 2019, p. 206). Hoje, já se tornou comum nas escolas se discutir a diversidade cultural e social. O debate

sobre temas como gênero, racismo, desigualdade, feminismo e as causas LGBT tornaram-se assuntos importantes nas salas de aula. Esses temas se confrontam diretamente com as tendências fascistas da sociedade. Como afirma Paulo Freire: a educação somente poderá se tornar uma “prática da liberdade”, quando o processo pedagógico fizer “da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta pela sua libertação” (FREIRE, 1987, p. 17).

Referências

ADORNO, Theodor W. “Observações sobre a personalidade autoritária, de Adorno, Frenkel-Brunswik, Levinson e Sanford”. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 44, n. 2, pp. 345-384, Abr./Jun., 2021 Disponível em <<https://doi.org/10.1590/0101-3173.2021.v44n2.24.p345>> Acessado em 12.04.2025.

ADORNO, Theodor W. *Estudos sobre a personalidade autoritária*. São Paulo: Unesp, 2019.

ADORNO, Theodor W. “Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista”. In: ADORNO, Theodor W. *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*. São Paulo: Unesp, 2015a, pp.153-189.

ADORNO, Theodor W. “Sobre a relação entre sociologia e psicologia”. In: ADORNO, Theodor W. *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*. São Paulo: Unesp, 2015b, pp.71-135.

ADORNO, Theodor W. *Minima Moralia: reflexões da vida lesada*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008.

ADORNO, Theodor W. *Educação e Emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BATISTA, Maria. “A formação do indivíduo no capitalismo tardio: um estudo sobre a juventude contemporânea”, São Paulo. *Tese (Doutorado –Psicologia Social)*, PUC-SP, 2008.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “A democracia não está morrendo: foi o neoliberalismo que fracassou”. *Lua Nova*, São Paulo, nº 111, pp. 51-79, 2020. <https://doi.org/10.1590/0102-051079/111>

COSTA, Virginia H. Ferreira. “Apresentação à edição brasileira”. In: ADORNO, Theodor W. *Estudos sobre a personalidade autoritária*. São Paulo: Unesp, 2019.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boi Tempo, 2016.

DUARTE, Rodrigo. **Teoria crítica da indústria cultural**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

GURSKI, Rose; PERRONE, Claudia Maria. “O Jovem ‘Sem Qualidades’ e o Desejo de Fascismo: enlaces entre psicanálise, educação e política”. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 46, n. 1, 2021, pp. 2-19. <https://doi.org/10.1590/2175-6236109161>

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

HOOKS, Bell. “Educação democrática”. In: CASSIO, Fernando (Org). **Educação contra a barbárie**. São Paulo: Boi Tempo, 2019. pp. 199-207.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da Razão**. São Paulo: Centauro, 2002.

IANNI, Octávio. “Neoliberalismo e nazifascismo”. **Crítica Marxista**, São Paulo, nº7, 1998, pp. 112-121.

KEHL; Maria Rita. “Televisão e violência do imaginário”. In: BUCCI, Eugênio (org.). **A TV aos 50: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

MARCUSE, Herbert. “Algumas Implicações Sociais da Tecnologia Moderna”. In: **Tecnologia, Guerra e Fascismo**, São Paulo: Editora Unesp, 1999, pp.71-104.

MARCUSE, Herbert. **Vers la liberation: Au-dela de l’homme unidimensionnel**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1969

SAFATLE, Vladimir; JUNIOR, Nelson da Silva; DUNKER, Christian Dunker (orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SCHLESENER, Anita. “Educação repressiva e educação emancipadora: notas acerca da personalidade autoritária e seus desdobramentos na educação”. **Revista Katálises**, Florianópolis, v.24, n. 2, 2021, pp. 417-426.